

IMPUGNAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITARANA

A/C PREGOEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 001099/2026

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR LOTE

A ÉLEN BARBOSA DE JESUS, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 1378505220 e do CPF nº 05866614502, domiciliada na Rua Alice Tibiriçá, CEP: 40270510, Salvador/BA, dados para contato: e-mail: barbosajelen@gmail.com e telefone: 71 981731401, vem, respeitosamente, apresentar **IMPUGNAÇÃO** ao Edital da licitação supracitada, aduzindo, para tanto, as razões de fato e de direito a seguir expostas:

DA TEMPESTIVIDADE

Conforme previsto no instrumento convocatório:

17.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

17.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

17.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo envio ao e-mail licitacao@itarana.es.gov.br, com cópia para cplitarana@gmail.com, devendo estar devidamente acompanhados dos seguintes documentos:

- a) Impugnação e/ou pedido de esclarecimento;*
- b) CPF ou RG, em se tratando de pessoa física ou CNPJ, em se tratando de pessoa jurídica, devendo informar o e-mail e o telefone para contato;*
- c) Procuração (quando for o caso);*
- d) Atos Constitutivos, em se tratando de pessoa jurídica.*

Considerando que a abertura do certame se dará em 06/05/2026 às 09h,

E considerando o que já está pacificado pelo Tribunal de Contas da União,

ACÓRDÃO 969/2022 - PLENÁRIO - RELATOR MIN. BRUNO DANTAS - Impugnação não se limita a horário de expediente.... "Além disso, fosse o envio realizado as 17:30 h (fim do expediente da entidade) ou as 23:59 h da data limite, o seu exame ficaria para o dia seguinte. Ou seja, a regra externa formalismo injustificado em prejuízo dos licitantes, razão por que deve ser revista na reedição do processo de contratação". (Portal Sollicita)

Resta claro que a data prevista em edital para esclarecimentos e impugnações é 12/03/2026 - 23:59h.

Jonas Lima, especialista reconhecido no mercado ainda acrescenta em artigo de sua autoria:

"... se o legislador é expresso ao estabelecer uma providência por dias e não horas, qualquer limitação fora disso é inconstitucional, por restringir garantias fundamentais, bem como ilegal, por afastar texto de lei e regulamentos expressos e vigentes". (Portal Sollicita)

Além disso, a própria Lei 14.133/2021 já tratou sobre o tema, não deixando margem para dúvidas:

Art. 183. Os prazos previstos nesta Lei serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

I - os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;

II - os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;

III - nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

§ 1º Salvo disposição em contrário, considera-se dia do começo do prazo:

I - o primeiro dia útil seguinte ao da disponibilização da informação na internet;

II - a data de juntada aos autos do aviso de recebimento, quando a notificação for pelos correios.

§ 2º Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente, se o expediente for encerrado antes da hora normal ou se houver indisponibilidade da comunicação eletrônica.

*§ 3º Na hipótese do inciso II do **caput** deste artigo, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, considera-se como termo o último dia do mês.*

Sendo assim, é tempestiva a presente impugnação e merece ser conhecida, visto que está sendo enviada em 30/04/2026 antes das 23h59min e a abertura do certame está prevista para 06/05/2026 às 09h.

DOS FATOS

O MUNICÍPIO DE ITARANA, Estado do Espírito Santo, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 27.104.363/0001-23, torna público aos interessados que realizará licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, sob o SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS do tipo MENOR PREÇO, com amparo na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicando-se subsidiariamente as disposições da Lei Complementar nº 123/2006, Decreto Municipal nº 2011/2024 e Decreto Municipal nº 2013/2024.

O certame deverá ser processado e julgado em conformidade com as disposições deste Edital e seus Anexos, o qual será conduzido através do Pregoeiro e Equipe de Apoio, designados pela portaria nº. 070/2025, publicada em 03/02/2025 - DOM/ES.

DO OBJETO

1.1.1. Aquisição de materiais pedagógicos especializados, brinquedos educativos e insumos de papelaria, destinados ao desenvolvimento de atividades pedagógicas no âmbito do Atendimento Educacional Especializado (AEE), visando ao atendimento dos educandos com deficiência física, visual, auditiva e intelectual das unidades da Rede Municipal de Ensino, conforme especificações estabelecidas neste Termo de Referência.

1.1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações que compõem o objeto descrito no Compras.gov (Catmat) e as especificações constantes deste instrumento, prevalecerão as especificações constante neste Termo de Referência.

Entretanto, o edital está eivado, impedindo a melhor vantagem competitiva para o próprio órgão licitante, estando em desacordo com a Lei nº 14.133/2021 nos termos do artigo 67.

DOS DIREITOS

Nos termos do art. 67 da Lei no 14.133/2021, a qual rege o presente certame, a exigência de comprovação de capacidade técnico-operacional por meio de atestados está vinculada à execução de obras e serviços, e não ao fornecimento de bens comuns.

A redação legal é clara ao delimitar que:

A qualificação técnico-operacional deve guardar pertinência com o objeto licitado, especialmente em contratos que envolvam maior complexidade técnica, como obras e serviços.

No caso em questão, trata-se de fornecimento de materiais de limpeza e utensílios de consumo, atividade de natureza comercial, cuja execução não demanda capacidade técnica especializada que justifique a exigência de atestados.

Art. 67. A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a:

I - apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;

*II - certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na **execução de serviços** similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei.*

DA ILEGALIDADE E RESTRIÇÃO À COMPETITIVIDADE

A manutenção da exigência de atestado de capacidade técnica:

- Viola o princípio da legalidade, ao impor requisito não previsto para o tipo de objeto licitado;
- Fere o princípio da competitividade, previsto no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, ao restringir indevidamente o número de participantes;
- Configura exigência desproporcional e irrelevante, uma vez que não guarda pertinência com a natureza do objeto.

O Tribunal de Contas da União possui entendimento consolidado de que exigências técnicas devem ser estritamente necessárias e proporcionais ao objeto, sob pena de restrição indevida à competitividade.

DOS PEDIDOS

Que se acate esta impugnação como tempestiva e procedente.

Que se retifique o Edital, adequando-o aos ditames legais e técnicos, privilegiando assim a legalidade, a competitividade e a vantagem da melhor proposta no bojo do certame, da seguinte forma:

1. O conhecimento e provimento da presente impugnação;
2. A exclusão da exigência de atestado de capacidade técnica do edital, por sua manifesta ilegalidade;
3. Alternativamente, que tal exigência seja adequada à natureza do objeto, limitando-se aos requisitos estritamente necessários e proporcionais;
4. A republicação do edital, com a devida reabertura de prazo, caso haja alteração substancial.
5. Que se submeta a presente à autoridade competente imediatamente superior para análise e decisão, se for o caso.

É o que rogamos por justo e certo.

Termos em que,
Pede deferimento.

Salvador/BA, 30 de abril de 2026.

CPF: 05866614502
RG:1378505220 CPF: 05866614502